

MUHLERES CHEFES DE DOMÍCILIO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Eni de Mesquita Samara*

Pesquisas recentes têm apontado que no Brasil, o número de mulheres como chefes de domicílio tem aumentado nas últimas décadas, especialmente nas áreas urbanas (Barros e Fox, 1990). O aumento da pobreza e as dificuldades de sobrevivência nas cidades, tem gerado arranjos familiares alternativos onde o papel da mulher é prioritário no sustento da casa e na criação dos filhos.

No entanto, o que chama a atenção nos dias de hoje e é objeto de preocupação dos estudiosos, no nosso caso tem uma história bastante antiga com raízes no período colonial. Tal constatação surpreende especialmente se considerarmos as características patriarcais da sociedade brasileira.

Assim, a proposta desse trabalho é analisar comparativamente essa questão em várias partes do Brasil no século XIX, na perspectiva de um fenômeno que talvez seja algo típico da América Latina como sugerem alguns autores (Diaz, 1990; Metcalf, 1991).

Para essa análise serão usados basicamente os dados estatísticos disponíveis nos recenseamentos manuscritos e que se referem a diferentes regiões geográficas e com economias distintas ao longo do século XIX. O volume maior de informações se concentra na primeira metade do século passado, momento em que os censos são encontrados com mais facilidade nos arquivos, especialmente os paulistas. Tentar compor um cenário mais amplo é um verdadeiro desafio, pois para as demais regiões dispomos apenas de listas nominativas avulsas e de informações resgatadas na bibliografia a respeito do assunto. Podemos dizer que até o momento, esse é o único recorte estatístico possível, que sabemos lacunar para a montagem de um quadro geral brasileiro da época. De todo modo está assentado em documentação manuscrita, de difícil acesso e dispersa em acervos locais ainda não organizados para a pesquisa histórica¹.

A idéia é justamente comparar o sudeste (Minas Gerais e São Paulo) com outras partes do país, integrando áreas centro-oeste (Goiás e Bahia) e do nordeste (Ceará) em momentos distintos no decorrer do século XIX, verificando similaridades e diferenças no conjunto dos arranjos familiares onde as mulheres aparecem como chefes.

Sabemos também que a ordem interna desses domicílios, com hierarquias próprias,

* Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

¹ Para esse trabalho pesquisamos nos seguintes censos manuscritos: São Paulo, Capital, Maços da População, 1827 e 1836; Minas Gerais, várias Localidades, Listas da População, 1831, 32, 1838 e 1840; Goiás, Ribeira da Capela de Corumbá, 1818; Ceará, Fortaleza, Arrolamento da População, 1837 e também no Recenseamento Geral do Brasil para o ano de 1872.

sugerem mudanças nos padrões de comportamento e de atitudes vigentes nas sociedades patriarcais. Saber do que se ocupavam essas mulheres, do seu status na sociedade é conhecer um pouco mais do seu papel histórico e da sua condição de vida no passado. Assim, mais do que o recorte estatístico esse paper pretende entender os laços de solidariedade e os vínculos familiares e de trabalho que se desenvolvem na organização desses domicílios².

1. Chefiar famílias e sobreviver no "mundo dos homens"

O espaço colonial sempre foi considerado masculino por excelência. A vida rude dos trópicos, a abertura de novas fronteiras, o trato com índios e escravos, faziam parte de um universo onde as mulheres exerciam um papel secundário. Figuras tênues na historiografia oficial, salvo algumas heroínas, raramente apareceram com personagens históricas na sua individualidade.

A visão estereotipada da condição feminina e o quase desconhecimento da sua atuação na colonização do Brasil, serviram para mistificar por gerações a atmosfera rígida e autoritária "das famílias patriarcais" e a exclusão das mulheres dos processos de tomada de decisão.

Os primeiros resultados de pesquisas que apontaram divergências no modelo de ociosidade e submissão da mulher ao homem, foram entendidos especialmente por estarem relacionados a um contexto econômico específico, no caso, a cidade de São Paulo no final do século XVIII e início do XIX. Dificuldades econômicas, urbanização incipiente e migração masculina para abertura de novas áreas de lavoura seriam as maiores razões para explicar a presença feminina nas chefias das famílias (Kuznesof, 1985 e Samara, 1984).

A magia da sobrevivência, os laços de solidariedade e a presença constante das "freréches" femininas, no entanto, foram aos poucos integrando os papéis informais, entendidos antes como atípicos, aos processos rotineiros de comercialização de produtos na vida da cidade (Dias, 1984). "Papéis informais, por sua própria natureza, não são oficialmente reconhecidos, nem socialmente muito valorizados, embora sejam importantes no processo concreto da vida quotidiana" (Dias, 1984, p. 31).

No meio urbano, o exercício de papéis informais, improvisados servem também para desmistificar o sistema patriarcal brasileiro e a rígida divisão de tarefas e incumbências.

Em 1827, por exemplo, Ana Rodrigues, viúva de 70 anos, branca e natural da cidade de São Paulo, vivia de fiar algodão, juntamente com duas filhas, Maria e Gertrudes e suas três escravas. Também Gertrudes Maria, branca, viúva de 60 anos era roceira e plantava no distrito de Mogi. Assim, Rosa Maria, parda, 30 anos, vivia do seu negócio. Não tendo escravos e filhos ainda pequenos, pressupomos que trabalhava para o sustento da casa com o auxílio de Gertrudes, sua agregada, parda, e mãe solteira de um filho de apenas 2 anos (Censo, São Paulo, 1827).

Dentre um total de 492 domicílios recenseados no ano de 1827, 144 eram chefiados por mulheres (29,26%) com ocupações bastante distintas: colcheiras (3-2,08%), costureiras

² Em função de estarmos pesquisando nas listas nominativas, domicílio, fogo e casa são as nossas unidades básicas de referência, ou seja, os indivíduos que vivem conjuntamente sob o mesmo teto.

(1-0,69%), flandeiras (42-29,16%), tecelã e fiandeira (1-0,69%), lavradoras (47-32,63%), louceiras (10-6,94%), planta para consumo próprio (7-4,86%), roceiras (10-6,94%), tecelãs (1-0,69%) vivem de ganhos destacados (1-0,69%), vivem da assistência de parentes (4-2,77%) e vivem de jornal e de seu trabalho (7-4,86%), vive do vencimento de um carro (1-0,69%), vivem de esmolos (4-2,77%), não constam ocupações (4-2,77%) (Censo, São Paulo, 1827).

Nessa época, ao que tudo indica, as mulheres geriam as economias domésticas e participavam ativamente do comércio. A sobrevivência ganhava o espaço das ruas, no vaivém constante das escravas ganhadeiras e das pardas e brancas pobres que ofereciam os seus serviços para a população.

"Em 1822, Saint-Hilaire admirava de uma das janelas do Palácio do Governo o caminho para a Penha e descrevia na várzea do Carmo o movimento de um grupo de lavadeiras. A ponte do Ferrão, etapa seguinte no caminho para a Penha, era outro ponto de encontro de vendeiras e lavadeiras. Aqui as mulheres roceiras que traziam pequenos excedentes para vender na cidade, recusavam-se a pagar o fisco, alegando tratar-se de gêneros de subsistência" (Dias, 1984, p. 15 e 16).

Assim como Saint-Hilaire, nas primeiras décadas do século XIX, outros viajantes e memorialistas registraram o modo de vida das mulheres e a sua presença que também pode ser resgatada nos recenseamentos oficiais através das anotações por domicílios. Os dados estatísticos contidos no censo de 1836, por exemplo revelaram uma grande incidência de mulheres como cabeças de família. Dentre um total de 1516 fogos recenseados, 930 (63,2%) eram do sexo masculino e 542 (36,8%) eram do feminino, o que significa que praticamente um terço das famílias eram comandadas por mulheres (Censo, São Paulo, 1836). Kuznesof divide o espaço que na área urbana, 39,3% eram chefiadas por mulheres e na área rural representavam 31,4% dos fogos recenseados. Nessa categoria estavam incluídas as mulheres solteiras, as viúvas e aquelas que depois de casadas foram abandonadas pelos maridos (Kuznesof, 1980a).

Tabela 1. Estrutura das famílias e domicílios na cidade de São Paulo em 1836

Categorias de domicílio	Total	%	%Acumulada
1. Singulares	161	10.6	10.6
2. Desconexos	420	27.7	38.3
3. Nucleares	523	34.5	72.8
4. Extensos	18	1.2	74.0
5. Aumentados	382	25.2	99.2
6. Fraternos	12	0.8	100.0
Total Geral	1516	100.0	100.0

Fonte: Daesp. Maços de População (MSS). Capital, 1838, Lata 37A.

A organização desses domicílios mostra também que muitas mulheres tinham uma vida familiar independente. Viviam "sós" ou cercadas de escravos e agregados. Poucas tinham parentes e representavam 248 fogos do total recenseado. Outras constituíam famílias com seus filhos ilegítimos e incorporavam outras mulheres na mesma situação.

No análise da estrutura da família paulista dessa época, esse é um conjunto bastante significativo, pois os domicílios singulares e desconexos desde que somados eram superiores estatisticamente aos nucleares e representavam 44,3% do total (Samara, 1989)³

A frequência do celibato nesa época, parece ter estimulado a existência de fogos que denominamos "singulares" onde os indivíduos viviam solitários, não compartilhando a residência com outras pessoas. Desses proprietários 109 eram solteiros, 13 casados, 26 viúvos e 13 não informaram quanto ao estado civil. Não havia, no entanto, uma diferença numérica sensível quanto ao sexo, pois 72 eram homens e 89 mulheres (Censo, São Paulo, 1836).

Pelo que podemos perceber o índice de "solteirismo" era bastante alto na cidade e explicável em parte pelas dificuldades econômicas, o alto custo do casamento, a falta de pretendentes e a morosidade dos processos nupciais. Além disso, os homens queixavam-se dos deveres e obrigações que eram impostos pelos casamentos e que preferiam viver solteiros ou mesmo concubinados. Esses arranjos familiares alternativos eram bastante costumeiros e provavelmente muitas mulheres recenseadas como chefes de família eram mantidas a distância pelo branco proprietário. Frutos de uniões esporádicas ou de concubinatos de público conhecimento, os filhos ilegítimos proliferavam na cidade.

Nas Minas Gerais, no início do século XIX, o fenômeno parece idêntico. Somente em Vila Rica, no ano de 1804, 764 mulheres adultas sustentavam sua própria família e esse número representava 45% do total de domicílios (Ramos, 1990a).

"Mulheres sem História" elas de uma memória possível de ser reconstruída nos manuscritos e depoimentos de seu tempo, não raramente penetravam nos espaços masculinos, se considerarmos como rígidos os papéis sociais concebidos para ambos os sexos. Para o homem o espaço público, o domínio e o sustento da família e para a mulher, o âmbito da casa e a condição de tutelada, o que levou muitos estudiosos a confundirem comando e iniciativa com "atributos viris" da personalidade feminina (Cândido, 1951).

No entanto, as análises historiográficas recentes foram sensíveis na identificação dos diversos perfis sociais das mulheres, estabelecendo nitidamente as diferenças entre a norma e a prática social. De um lado, o discurso oficial e as regras prescritas no sistema de dominação e de outro o cotidiano dos papéis sociais continuamente improvisados.

Os estudos e pesquisas de Donald Ramos e Clotilde Paiva, dedicados as regiões mineradoras voltadas para a exportação e as novas áreas agrícolas abertas com a decadência da exploração aurífera, enfatizam a complexidade dos papéis sociais das mulheres que viviam nessas paragens na primeira metade do século XIX. Ramos investiga a questão exaustivamente pelos grupos étnicos, classes sociais, estado civil e nas diferentes faixas etárias. Conclui que nas comunidades estudadas a presença de mulheres como chefes de

³ Para as famílias nucleares, o conceito adotado foi o de parentesco "descendente" em linha materna ou paterna. Dessa forma, a família nuclear ou conjugal apresenta formações simplificadas, em princípio com apenas 2 integrantes. Nenhum solitário, sem filhos ou netos, pode, portanto, formar um domicílio nuclear, apenas os singulares e os desconexos. Chamamos esses domicílios de desconexos, pois não existia relação de parentesco entre os proprietários e os demais moradores da casa, que eram geralmente escravos e agregados.

família é significativa nos vários contextos econômicos, exceto em uma área em expansão. Ressalta também que as mulheres desenvolveram estratégias próprias para sobreviver em um mundo dominado pelos homens (Ramos, 1990b).

São ao todo 250 ocupações arroladas por Clotilde Paiva nas Listas de Habitantes das Gerais para os anos de 1831 e 1838 e em parte dessas atividades envolveram-se muitas mulheres⁴.

Para a primeira metade do século XIX, os resultados das pesquisas apontam na direção de uma estrutura ocupacional bastante diversificada nessas áreas, porém relativamente rígida para o sexo feminino, com diferenças entre o meio urbano e o rural (Martins, 1990). No distrito de São João del Rei, por exemplo, nos anos de 1831, 1832, 1838 e 1840, as mulheres livres e escravas dedicavam-se da pecuária, da mineração, do artesanato e do comércio. Na área urbana propriamente dita, 70% das mulheres eram prestadoras de serviços (Martins, 1990).

A inserção das mulheres no mundo do trabalho é um fato comprovado. Sujeitas a repressão do fisco e das autoridades locais, integraram-se principalmente as atividades do comércio e do artesanato. Nas estratégias de sobrevivência um dos caminhos possíveis era ocupar os espaços que eram deixados pelos escravos como também acontecia entre a população livre e pobre.

Os dados levantados pelos estudiosos na documentação do período são bastante consistentes e revelam a situação no sudeste do Brasil já no final do período colonial e início da fase independente, a partir de 1822.

Por necessidade, talvez por escolha, a realidade é que as mulheres chefiaram famílias, queriram negócios e trabalharam em suas casas e no mundo fora delas. Solteiras, viúvas, casadas e abandonadas pelo marido, revelam faces que muitas vezes o viajante estrangeiro não vivenciou ou não soube mostrar. A imagem dos rostos velados, da clausura, do debruçar na janela ficam para aquelas em que o status econômico da sua família requeria que fossem protegidas.

Como dissemos inicialmente a maior parte dos estudos sobre a condição feminina no Brasil se ativeram ao sudeste (Minas Gerais e São Paulo) na primeira metade do século XIX, pairando sempre dúvidas quanto a diferenças que possivelmente seriam encontradas em outras áreas geográficas e econômicas especialmente no nordeste.

Essa análise, no entanto, é muito difícil pois os censos são escassos. Para outras regiões brasileiras inexistem um conjunto documental completo, como é o caso de São Paulo que permite um estudo mais amplo e sistemático por vilas em anos subsequentes e ocasionalmente encontramos nos arquivos locais listas nominativas avulsas de habitantes. É o caso da "Relação dos Habitantes situados no Termo da Freguesia de Nossa Senhora do Rozário, Minas d'Meiaponte na Comarca de Villa Boa d'Goyaz" no ano de 1818. Embora menos completa quanto as informações, pois apenas descreve o nome do proprietário, a atividade econômica, o tipo e o tamanho da propriedade e o número de escravos, permite

⁴ Clotilde Paiva coordena um projeto no CEDEPLAR que recupera integralmente as informações contidas nas listas de habitantes de Minas Gerais referentes a primeira metade do século XIX e gentilmente nos cedeu os dados referentes as mulheres.

saber o total de mulheres como chefes de família e a atividade de base econômica⁵.

Nesse momento, os habitantes que viviam nessa frequência dedicavam-se eminentemente a agricultura. De um total de 272 domicílios recenseados, 46 eram comandados por mulheres que residiam em casas situadas em propriedades cultivadas e recebidas por herança ou compra. Nada mais sabemos sobre essas mulheres, pois idade e estado civil não aparecem. Sabemos, no entanto, serem proprietárias de terras e possuírem escravos. Donas de escravarias de meio porte, entre 1 e 14 escravos, moravam em maioria na área rural, nos sítios e engenhos e algumas poucas declaravam ter casa na cidade.

Assim era vida de Anna Maria da Conceição, moradora e proprietária do sítio do Buriti, que comprou e no qual vivia na companhia de apenas um escravo. Também de D. Gertrudes de Freitas que comprou o sítio da Precanjuba de 1.500 braças, o qual era cultivado pelos seus nove escravos. Outras eram donas de engenho, como D. Mariana Pereira, que tinha a propriedade por compra e 11 escravos no trabalho da lavoura (Censo, Goiás, 1818).

Ao que tudo indica, nas áreas dedicadas a agricultura e especialmente nos momentos de expansão da fronteira agrícola, a presença feminina é menor e também nas chefaturas de família, o que contrasta com as áreas urbanas e com momentos de decadência econômica, onde a migração masculina para outras partes é maior.

Na Bahia, ainda na primeira metade do século XIX, Arlene J. Diaz, analisando o censo de 1835 em Santiago do Iguape, encontra um terço dos domicílios chefiados por mulheres. Conclui também que esse fato desmistifica em muito, a visão do tipo patriarcal de família brasileira e a segregação feminina, inerente a esse modelo. Nessa área de economia açucareira, as mulheres exerciam várias atividades importantes para a manutenção do sistema econômico, embora tivessem menos opções profissionais que os homens (Diaz, 1991).

Se esse é o cenário para várias regiões brasileiras nas primeiras décadas do século XIX, o que poderia ocorrer no nordeste já na segunda metade? Que mudanças ou continuidades podem ser observadas ao longo do tempo?

Sobre a segunda metade do século XIX, são poucas as análises sobre a condição feminina no Brasil e inexistem estudos sobre as mulheres chefes de domicílio. Desaparecem também os censos manuscritos, substituídos nessa fase pelos Recenseamentos Gerais para os anos de 1872 e 1890. A diferença na qualidade dos dados disponíveis para a análise é sensível. As informações estão agregadas e já não é mais possível recuperar nesses documentos nominalmente as mulheres, como ocorria nos censos do período anterior.

Perdidos nos acervos locais, ainda não organizados, adormecem provavelmente documentos como o Arrolamento da População de Fortaleza para o ano de 1887, que recuperaram os mesmos dados contidos nas listas nominativas do início do século, permitindo, portanto, as comparações (Censo, Fortaleza, 1887)⁶

A importância desse documento é muito grande, principalmente se pensarmos que até esse momento é uma das raras fontes com informações nominais para cada habitante,

⁵ Encontrada no Arquivo Histórico de Goiás por Eurípedes Antonio Funes que nos forneceu uma cópia para esse trabalho.

⁶ Depois de uma exaustiva pesquisa em arquivos encontramos esse documento no Arquivo Histórico de Fortaleza e que foi microfilmado juntamente com inúmeros outros manuscritos com verba da FAPESP, integrando atualmente um projeto que desenvolvemos sobre a população do nordeste nos séculos XIX e início do XX.

descoberta nos arquivos brasileiros sobre uma área do nordeste. Infelizmente não foram encontrados dados semelhantes para a Pernambuco e nem mesmo sem dúvida enriqueceria a análise e daria a credibilidade necessária para os estudos sobre a estrutura da família brasileira e também sobre a condição feminina. Seria o nordeste realmente diferente? O palco iluminado da História do Brasil expressa em seu conjunto um modelo regional com características próprias e permanências ao longo do tempo?

Em Fortaleza, o corpo documental que serviu de base para essa análise, compõe-se de 17.533 pessoas, residentes em 3.655 fogos espalhados por 64 ruas da cidade.

Nesse conjunto, apenas 11,44% das mulheres eram chefes de domicílio e arrimo de família. No entanto, os arranjos familiares eram variados. Assim, Tertuliano Lourenço da Costa de 43 anos, não tinha ocupação e sua mulher Francisca Ferreira do Nascimento de 26 anos, era engomadeira. Outros casais geriam conjuntamente os seus próprios negócios. Na praça do Barão, numa casa sem número, José Celestino de Araújo, 34 anos e sua mulher Ana Maria de Araújo, 31 anos eram tecelões. Em outros domicílios, as atividades eram diversificadas e divididas entre os vários componentes. É o caso de Vitolina Lopes da Silveira, 37 anos, sem profissão, que tinha 7 filhos dos quais 4 trabalhavam: Maria da Graça, 20 anos, Maria do Carmo, 18 anos e Joana da Silveira, 14 anos eram costureiras e Raimundo Norato de 16 anos tinha o ofício de carapina (Censo, Fortaleza, 1887).

Nos recenseamentos manuscritos, da primeira metade do século XX, situações desse tipo são comuns, de mulheres chefiando domicílios e integrando outras mulheres nas economias domésticas de fazer louça, de fiar e de tecer.

O que mais chama a atenção, no entanto, é a complexidade na composição dos domicílios o que os torna diferentes do sul do país. Geralmente incorporam filhos, agregados, parentes, criados e também muitas vezes moram na mesma habitação os próprios empregados dos estabelecimentos comerciais. As famílias são mais numerosas e as relações estabelecidas muito mais diversificadas. Tal fato talvez realmente comprove que no nordeste predominou o modelo de família extensa.

O quadro das ocupações femininas, revela no entanto, que as mulheres participavam ativamente do mercado de trabalho, e havia diversidade de ocupações dentro de uma mesma habitação. Dentre as que eram proprietárias e tinham ocupação definida encontramos: 3 jornaleiras, 54 lavadeiras, 1 doceira, 13 no serviço doméstico, 126 meretrizes, 27 proprietárias, 94 costureiras, 10 cozinheiras, 12 tecedeiras, 2 professoras públicas, 4 professoras particulares, 20 engomadeiras, 1 marchante, 4 rendeiras, 1 bordadeira, 6 negociantes, 9 quitandeiras, 3 floristas, 1 pensionista do Estado, 1 que vivia de suas agências, 1 parteira e 1 enfermeira. O meretrício era parte integrante movimento da cidade nessa época e além das 126 mulheres recenseadas como tal, 6 costureiras, 11 lavadeiras, 1 negociante e 2 tecelãs, declararam viver também na prostituição.

Praticamente o mesmo quadro aparece, no caso das mulheres não proprietárias, com o acréscimo de algumas ocupações novas, apesar de ainda inseridas nos setores tradicionalmente femininos. Embora em sua maioria estivessem no serviço doméstico, aparecem várias estudantes e professoras, o que não ocorre na primeira metade do século.

O Censo Geral do Brasil para o ano de 1872 ao arrolar as ocupações femininas no Ceará, aponta na mesma direção concentrando a maioria das mulheres nos serviços domésticos -98.497 para um total de 194.617 livres brasileiras e 8.239 escravas para um total de 11.431. Depois vinham as costureiras, seguidas das lavradoras e das operárias em tecidos. Professoras, parteiras e artistas ainda eram poucas.

June Hahner, uma das poucas estudiosas a analisar o trabalho da mulher no Brasil nessa fase, 1850-1920, enfatiza que nesse período ocorrem mudanças que vão afetar a vida de muitas mulheres. Avanços tecnológicos e crescimento das cidades abrem poucas mas respeitáveis oportunidades de trabalho (Hahner, 1977).

Tabela 2. Ocupações Femininas - Ceará - 1872

Ocupação	Livres Bras.	Liv. Estrang.	Escravas
Porteira	..115	1	-
Professora	125	2	-
Artistas	192	2	-
Capitalistas e Proprietárias	436	7	-
Manufatureiras e fabricantes	107	6	-
Comerciantes, Guarda-livros e Caixeiros	338	10	-
Costureiras	37693	53	603
Operárias em tecidos	17547	-	329
Operárias em tinturaria	..12	-	-
Operárias em vestiários	138	-	-
Operárias em chapéus	8	-	-
Operárias em calçados	12	-	-
Lavradores	34272	17	2114
Criadores	1825	2	-
Criadores e jornaleiros	3300	19	146
Serviço doméstico	98497	216	8239
TOTAL	194617	335	11431

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil, 1872

Surgem novas oportunidades e desafios. O trabalho fora da casa, como professoras, empregadas nos serviços domésticos, nos estabelecimentos comerciais, nos escritórios e na burocracia. Além disso, vozes feministas precoces já estão presentes, comparando a atuação profissional das mulheres com os Estados Unidos e a Europa (Hahner, 1978). Tal situação é observável em Fortaleza onde existe o acesso aos cargos burocráticos e ao ensino. No Colégio das Educandas havia 125 estudantes órfãs, 14 professoras, 1 diretora e 7 adjuntas e além da porteira, ali trabalhavam 6 empregadas. Também na Santa Casa de Misericórdia, viviam 9 irmãs, 23 engomadeiras e costureiras, além de 5 empregadas.

É importante ressaltar também que apesar da baixa incidência de mulheres como chefes de família em Fortaleza no ano de 1887, 2.616 mulheres declararam ocupação nesse censo. Dentre essas 134 ainda estudavam. Do total de 227 tipos de atividades de base econômica em 43 delas encontramos mulheres.

2. Buscando explicações

Apesar das dificuldades de pesquisa, e da má qualidade dos dados para algumas áreas do Brasil é possível tecer certas considerações e chegar a conclusões preliminares no que concerne as mulheres chefes de família e a sua participação sócio-econômica.

Em primeiro lugar o que chama mais a atenção é a diversidade dos arranjos familiares nas várias regiões brasileiras. A análise dos domicílios revela também menor complexidade nas relações de parentesco e predominância dos laços de trabalho, especialmente nas áreas recravistas do sul do país. No cotidiano das relações domésticas são mais comuns agregados e escravos do que parentes. É o que comprovam as pesquisas referentes a São Paulo e Minas Gerais para a primeira metade do século XIX (Costa, 1977 e Samara, 1984).

Nesse conjunto é relevante o número de mulheres chefiando famílias e gerindo as chamadas economias domésticas com índices que variam de 30% a 45% do total nas várias áreas estudadas. A participação feminina no mercado de trabalho é também importante, embora esteja intimamente relacionada a alguns setores específicos de atividades: pequeno comércio, artesanato e lavoura. Conclui-se além disso pela relevância do mercado informal de trabalho para a manutenção do conjunto das chamadas atividades essenciais, que aparecem ao lado daquelas voltadas para o mercado externo.

A inclusão de categorias novas nos estudos sobre o quadros de ocupações, sem dúvida provocou alterações nas análises sobre os sistemas econômicos vigentes no Brasil nessa época, revertendo a idéia dos ciclos econômicos voltados para a exportação e assentados apenas nas plantações de subsistência (Prado, 1967 e Furtado, 1968). O espectro é bem mais amplo o que pressupõe maior complexidade de relações sociais e de trabalho especialmente nas áreas urbanas.

Rever imagens e revelar outras significa sem dúvida romper com os enraizamentos impostos pela historiografia ao longo do tempo⁷. Sob esse ponto de vista, a inserção das mulheres no mundo do trabalho e no espaço público, incide diretamente no papel que era reservado aos sexos na sociedade brasileira. No âmbito doméstico altera a rigidez dos modelos impostos e tidos como válidos para toda a sociedade, esquecidas as variações regionais e temporais, fundamentais para se entender um país como o Brasil. As hierarquias são outras e podem ser entendidas como uma reversão da ordem ou apenas mais um dos mitos que necessariamente devem ser rompidos, num confronto entre imagem e realidade.

Assim, se compararmos também o sul com o nordeste no correr do século XIX, encontramos diferenças. Menor participação feminina nas chefias de família, apenas 11% pelo censo de Fortaleza de 1887, o que talvez indique maior rigidez de padrões ainda nessa fase, se consideramos como válido tomar apenas um exemplo como significativo para a região como um todo.

Por outro lado a análise do fenômeno também apontou que existem diferenças quanto a essa questão em função das economias locais. Ao que tudo indica, nas expansões de fronteira agrícola é menor, o que contrasta com as áreas urbanas e com os momentos de

⁷ Estamos aqui nos remetendo ao modelo típico de família brasileira que emerge da obra clássica de Gilberto Freyre referente as áreas de lavoura canavieira do nordeste.

decadência econômica, onde aumenta a migração masculina e é maior o número de mulheres.

Projetar essas questões para o conjunto da América Latina como sugerem alguns autores é também um desafio, principalmente se pensarmos que só agora começam a aparecer pesquisas a respeito do assunto. No entanto, é possível resgatar alguns pontos, especialmente no que tange a participação feminina no mercado de trabalho, e ao fenômeno das chefaturas de família.

Na cidade do México, em 1811, Silvia Arrom conclui que as mulheres constituíam um terço das 655 cabeças de família nos casos em que o sexo aparece indicado na amostra do censo. Ressalta também a importância das viúvas nesse conjunto, já que nessa sociedade a viuvez representava a liberdade de decidir sua própria vida e administrar o seu legado (Arrom, 1988).

No caso do Brasil apesar da presença constante das viúvas sem dúvida, predominavam como cabeças de família as solteiras e aquelas casadas e abandonadas pelos maridos. Na realidade entender o papel das mulheres solteiras é de crucial importância nos estudos referentes às sociedades latino-americanas.

Nesse sentido Robert McCaa aponta caminhos novos de pesquisa para a História da População sugerindo que ao analisar a fecundidade se leve em conta os filhos das mães solteiras. Encontra também que em Parral no período de 1777 a 1930 houve um aumento das solteiras e casadas chefiando domicílios, ou seja, proporcionalmente mais mulheres eram cabeças de família em 1930 do que no final do século XVIII (McCaa, 1989).

No entanto, os dados para as mulheres mexicanas e brasileiras indicam variações e oportunidades diferentes para solteiras, casadas e viúvas.

Para Donald Ramos, em Vila Rica, Minas Gerais, as solteiras tinham maiores oportunidades nas cidades e a principal diferença destas com as casadas é que a maioria trabalhava fora de casa. As viúvas por sua vez tinham raras chances de ter uma ocupação (Ramos, 1990b).

Silva Dias, fala da complexidade desse grupo de mulheres na cidade de São Paulo no início do século XIX especificando que desenvolveram estratégias próprias para sobreviver cercadas de filhos ilegítimos, escravos e agregados e que apesar dos preconceitos e da desclassificação social eram parte integrante do sistema de dominação (Dias, 1984).

Ao que tudo indica, o resgate dos dados sobre as mulheres como cabeças de domicílio é revelador em muitos aspectos, especialmente se pensarmos no modelo de exclusão e confinamento entendido como típico das sociedades patriarcais.

A maior participação feminina no mercado de trabalho e os arranjos familiares alternativos surgem maior flexibilidade de papéis sociais, especialmente no caso do Brasil. Por outro lado, significa também capacidade de articulação e de formas de sobrevivência em um mundo dominado pelos homens.

Fontes

ARQUIVO HISTÓRICO DE GOIÁS (AHG), 1818, "Relações dos Habitantes situados no termo da Freguezia d'Nossa Senhora do Rozário, Minas d'Meia Ponte, Comarca de Vila Boa d'Goyaz - Ribeira da Capela do Corumbá", Caixa 009, Goiânia.

ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP), 1827 e 1836, Maços de População, Capital, Latas 36 e 37A.

ARQUIVO PUBLICO MINEIRO (APMG), 1831, 32, 38 e 40, Seccão Provincial, Listas de População.

ARQUIVO PUBLICO DE CEARA, 1887, Fortaleza, Arrolamento da População.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1872

Bibliografia

Arrom, Silvia
1988

LAS MUJERES DE LA CIUDAD DE MEXICO, 1790-1857, Madrid, Siglo XXI Ed.

Barros, Ricardo Paes de
e Louise Fox
1990

"Female headed households, poverty and the welfare of children welfare of children in urban Brazil", São Paulo, NEMGE.

Cândido, Antonio
1951

"The brazilian family", en T. Lynn Smith e Alexander Marchand (eds.), BRAZIL: PORTRAIT OF HALF A CONTINENT, New York, Dryden Press.

Costa, Iraci del Nero
1977

"A estrutura familiar e domiciliaria em Vila Rica no alvorecer do século XIX", REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS 19, São Paulo.

Dias, Maria Odila Silva
1984

QUOTIDIANO E PODER, São Paulo, Brasiliense.

Diaz, Arlene
e Jeff Stewart
1990

"Occpuacional class and female-headed households in Santiago do Iguape, Brazil, 1835", JOURNAL OF FAMILY HISTORY, vol. 16, 3, pp. 299-313.

- Freyre, Gilberto
1977
CASA GRANDE E SENZALA, Rio de Janeiro, José Olympio, 9ª ed., 2 vols.
- Furtado, Celso
1968
FORMAÇÃO ECONOMICA DO BRASIL, São Paulo, Editora Nacional.
- Hahner, June
1977
"Women and work in Brazil: 1850-1920", en Dauril Alden (ed.), ESSAYS CONCERNING HISTORY OF BRAZIL AND PORTUGUESE INDIA, Gainesville, Gainesville University Press, pp. 87-117.
- 1978
"The XIXth century feminist press and women rights in Brazil", en Asuncion Lavrin (ed.), LATIN AMERICAN WOMEN, Westport, Greenwood Press, pp. 254-285.
- Kuznesof, Elizabeth
1980a
"Household composition and headship related in mode of production: São Paulo, 1765 to 1830", COMPARATIVE STUDIES IN SOCIETY AND HISTORY, 22, pp. 78-108.
- 1980b
"The role of the female-headed household in Brazilian modernization", JOURNAL OF SOCIAL HISTORY, 13 (4), pp. 589-613.
- 1985
HOUSEHOLD ECONOMY AND URBAN DEVELOPMENT: SAO PAULO 1765 TO 1836, Boulder, Westview Press.
- Martins, Angela Magalhães
1990
"Século XIX: estrutura ocupacional de São João del Rei e Campanha", V SEMINARIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, Belo Horizonte, pp. 31-32.
- McCaa, Robert
1983
MARRIAGE AND FERTILITY IN CHILE, Boulder, Westview Press.
- 1989
"Women's position, family and fertility decline in Parral (Mexico), 1777-1930, CONFERENCE OF THE POPULATION HISTORY OF LATIN AMERICA, Ouro Preto.
- Metcalf, Alida
1991
"Women and mean: women and family property in colonial Brazil", JOURNAL OF SOCIAL HISTORY, 24 (2), pp. 277-298.
- Prado Jr., Caio
1967
HISTÓRIA ECONOMICA DO BRASIL, São Paulo, Brasiliense.

- Ramos, Donald
1990a "A mulher e a família em Vila Rica de Ouro Preto: 1754-1838", en HISTORIA E POPULAÇÃO, São Paulo, ABEP, IUSSP, SEADE, pp. 154-163.
- 1990b "União Consensual e a família no século XIX, Minas Gerais, São Paulo", ESTUDOS ECONOMICOS, 20(3), pp. 301-406.
- Samara, Eni de Mesquita,
1984 A FAMILIA BRASILEIRA, São Paulo, Brasiliense.
- 1989 AS MULHERES, O PODER A FAMILIA. SAO PAULO SECULO XIX, São Paulo, Marco Zero.